Reunião do Comitê Gestor Municipal da Orla de Navegantes

Aos seis de abril de dois mil e vinte e seis, realizou-se, de forma remota a reunião do Comitê Gestor Municipal da Orla de Navegantes, reunindo membros do PODER PÚBLICO MUNICIOAL: a) Luciano Maibuk, representando a Secretaria de Turismo; b) Renato Percevallis Benatti, representando a Secretaria de Água e Saneamento Básico; c) Diego Dias, representando o Instituto Ambiental de Navegantes – IAN; d) Gilmar Jacobowski, representando a Secretaria de Planejamento Territorial, Mobilidade e Habitação; e) Fabiana Eleuterio, representando a Secretaria de Turismo; da SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA: a) Alexandre de Carli, do Rotary Clube; b) Ricardo Bruschz, representando o Conventio Visitors Bureau de Navegantes; da NILA ENGENHARIA a Bióloga Dra Edilane Nicoleite, Bióloga Dra. Samanta C. Cristiano e a Bióloga Ingrid Preis. A reunião foi aberta pela Dra Samanta, que agradeceu a presença de todos. Em seguida iniciou contextualizando sobre a importância do relatório anual de implementação do plano, que já vinha sendo elaborado em planilha pela equipe técnica, com partes preenchidas e outras ainda pendentes de validação pelo comitê. Também foi aprovada, sem objeções, a ata da reunião anterior. Ao longo da reunião, os participantes revisaram diversas ações previstas no PGI, organizadas por unidade de paisagem, com foco especial na área do Rio Gravatá. Sobre a limpeza de galhadas e resíduos, ficou esclarecido que a atuação ocorre nas margens, foz e praias, mas não dentro do leito do rio, sendo necessário avaliar futura contratação específica para essa finalidade, inclusive com estudo de soluções mais adequadas e economicamente viáveis, como equipamentos anfíbios. Em relação à organização de moradores do Manguezal e à proposta de criação de reserva, foi reconhecido que a ação ainda não avançou de forma efetiva, sendo sugerida a realização de oficinas de sensibilização, apoio à organização da associação de moradores e cautela quanto a compromissos que dependam de regularização fundiária. O grupo também discutiu o regramento da utilização náutica no Rio Gravatá, considerando que já existem normas para a orla marítima, mas que o trecho fluvial ainda exige estudo mais específico, possivelmente com apoio jurídico e formação de grupo de trabalho. Na ação de dragagem da foz do Rio Gravatá, foi destacado que ainda existem pendências antigas junto ao Ministério Público, motivo pelo qual se entendeu que o tema deve ser tratado com cuidado técnico e jurídico antes de qualquer avanço. Sobre a transformação de barcos de pesca artesanal em pesca esportiva, a reunião apontou a necessidade de articulação com a EPAGRI, Secretaria de Agricultura, SEBRAE e demais parceiros, mantendo a ação como algo a ser estruturado em parceria. Foram debatidas ações de educação ambiental, ecoturismo e sinalização ambiental. Houve concordância de que essas iniciativas podem ser integradas com cicloturismo, turismo rural, escolas e outras frentes de trabalho, e foi informado que modelos de placas e sinalizações serão apresentados em reunião futura. Relacionado a isso, foi ressaltado o sucesso de ações como “Limpando o Mundo” e “Juntos pelo Rio”, com possibilidade de ampliar e fortalecer os grupos de educação ambiental. Algumas propostas foram consideradas fora do escopo prioritário do PGI, como a transformação das caixas d’água em equipamentos turísticos e culturais, por estarem ligadas a outros projetos municipais e, em alguns casos, a situações judicializadas. Ocorreu um debate sobre Dogs Beach, que gerou bastante debate. Foi lembrado que a legislação municipal já veda a permanência de

animais na praia e que existem também recomendações sanitárias e veterinárias que desaconselham essa prática. Embora haja estudo em andamento por parte de setores técnicos, não houve consenso para avançar com a criação de espaço específico para cães na praia, ficando o entendimento de que o município deve seguir a legislação vigente e aguardar eventuais análises futuras. Outros temas abordados incluíram a questão da areia acumulada no deck de acesso, ações de gastronomia e turismo fora da temporada, fortalecimento de eventos, projetos de acessibilidade e busca da certificação Bandeira Azul. Sobre este último ponto, foi explicado que o monitoramento da balneabilidade é feito pelo IMA e que a certificação ainda não foi retomada, embora haja interesse do setor hoteleiro em colaborar. Foi sugerido amadurecer o tema em reunião específica, considerando exigências, contrapartidas e viabilidade técnica. Ao final, ficou definido que a equipe técnica enviará questionamentos objetivos às secretarias responsáveis para acelerar a consolidação das informações do relatório. A próxima reunião foi marcada para 1º de junho de 2026, às 13h30, com possibilidade de convocação de reunião extraordinária caso seja necessário concluir a aprovação do relatório. A reunião foi encerrada com agradecimentos e o compromisso de continuidade na organização das informações para finalizar o relatório anual de implementação do PGI.

Registro:

